



Universidades Lusíada

Passarinho, Isabel

A importância dos percursos profissionais na formação contínua e nas construções identitárias dos assistentes sociais

<http://hdl.handle.net/11067/4291>

<https://doi.org/10.34628/kzfy-9948>

Metadados

Data de Publicação	2009
Resumo	Nesta intervenção, num primeiro momento, tenta-se equacionar a institucionalização do serviço Social como profissão que, tendo como uma das referências históricas o pensamento humanitário, assume legitimação profissional plena com o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e Sociedade Civil. Partilha-se a concepção de Chris Rojek (1988) de que a crise cultural do Serviço Social moderno está relacionada com o fosso entre a linguagem e o significado, entre a representação e a acção, enra...
Palavras Chave	Assistentes sociais, Assistentes sociais - Formação
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 35 (2009)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:18:54Z com informação proveniente do Repositório

**A IMPORTÂNCIA DOS PERCURSOS
PROFISSIONAIS NA FORMAÇÃO CONTÍNUA
E NAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS
DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Isabel Passarinho

*Doutoranda em Ciências da Educação,
na especialidade de Formação de Adultos
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa*

Resumo: Nesta intervenção, num primeiro momento, tenta-se equacionar a institucionalização do Serviço Social como profissão que, tendo como uma das referências históricas o pensamento humanitário, assume legitimação profissional plena com o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e Sociedade Civil.

Partilha-se a concepção de Chris Rojek (1988) de que a crise cultural do Serviço Social moderno está relacionada com o fosso entre a linguagem e o significado, entre a representação e a acção, enraizadas numa sociedade que já não existe. Na crise de modelo de sociedade, a privatização e a desregulação são meios de ajustamento estrutural do Estado à nova economia global – um processo simultâneo de globalização e localização com consequências ao nível da perda de legitimidade e autoridade política e com a erosão do projecto de modernidade, onde a educação como um todo perde a sua orientação (Finger e Asún, 2003:106).

Esta realidade, a que alguns autores chamam pós-moderna, tem no individualismo uma característica marcante, quer para a prática da educação de adultos, quer para a acção social.

A comunicação, num segundo momento, procura apresentar um estudo ainda exploratório sobre a formação, com especial enfoque na autoformação, procurando identificar as aprendizagens realizadas nos percursos profissionais dos assistentes sociais, os significados que lhes atribuem e quais os processos das suas construções identitárias.

Introdução

Abordar o problema das relações entre a formação contínua e as construções identitárias é, na perspectiva que utilizo de “prática-investigadora”, começar por falar de nós... os e as assistentes sociais, os que exercem a profissão, os que investigam e os que leccionam (sendo estes exercícios por vezes cumulativos ou alternados) – na tentativa de questionar e procurar respostas.

Assim, podemos começar por perguntar quais as concepções e práticas que temos da profissão e do campo profissional e científico e de que formas entendemos a relação com o conhecimento?

Como nos identificamos profissionalmente, para nós, entre nós e para os outros?

Poderemos ainda, perguntar-nos que relação estabelecemos entre os saberes teóricos e os saberes provenientes da prática e como fomos aprendendo a “tornar-nos” assistentes sociais?

E afinal, o que é isto de ter uma profissão? Ter uma habilitação académica (elemento tido como identitário por excelência) é sinónimo de ter uma profissão?

Para além da formação inicial formal, que outros aspectos influenciam a trajectória profissional e a(s) construção(ões) identitária(s)?

Alimentando a discussão de como as profissões estão hoje preenchidas por uma plenitude de campos profissionais, o que por hipótese, as torna muito pouco fiéis a uma identidade única, tenho vindo a utilizar a investigação empírica no âmbito do meu processo de doutoramento para demonstrar que são as relações humanas e as relações com o saber que estão fundamentalmente em causa na transição paradigmática que atravessamos.

Os paradigmas actuais de referência das teorias contemporâneas da Educação/Formação e as orientações das Políticas Educativas fundadas sobre a Formação ao Longo da Vida são, em parte, resultantes da evolução da pesquisa sobre os processos complexos da construção da autonomia, da identidade e da autoformação permanente.

Mas são também resultantes da evolução dos modelos de regulação da educação escolar e da formação profissional, bem como das suas relações com a economia e com o mercado de trabalho.

Parto da convicção de que as transformações da actualidade e os modelos e as estratégias de desenvolvimento em curso não podem ser analisadas apenas nos níveis institucional, político ou sociológico; pelo contrário, devem ser investigadas também no seio das suas interdependências com a vida dos indivíduos e com a construção e reconstrução contínua das suas identidades.

Neste âmbito sobressai também uma crítica a uma concepção de «acumulação de conhecimentos» e a defesa de uma maior inter-relação entre a formação inicial e a formação contínua.

Optando, diria que me situo na concepção de identidade filiada na perspectiva interaccionista¹ onde se perspectiva a acção humana como algo que se constrói na comunicação frente a frente, com os outros, e não estritamente

¹ O interaccionismo simbólico teve origem nos E.U.A., surgindo ligado aos princípios filosóficos do pragmatismo defendidos, entre outros, por autores como William James, George Mead e John Dewey que consideravam que a pessoa humana é o produto das interacções sociais, nomeadamente das que se produzem a partir da linguagem e do jogo.

No âmbito da sociologia, o interaccionismo tem-se constituído como polo centralizador do debate de ideias, alimentando diversas perspectivas interpretativas e dinâmicas da problematização social.

O objectivo do interaccionismo é a estrutura da experiência individual na vida social (Goffman, 1993).

comandada pelas normas e valores sociais impostos, reconhecendo a participação activa dos sujeitos na construção da sua identidade.

A questão das socializações e da identidade remete-nos por sua vez para o conceito de profissionalização e para a dinâmica de uma profissão.

As representações que os profissionais fazem de si mesmos (bem como as representações que os outros fazem da profissão e dos profissionais) dependem das crenças, valores e referências culturais que se adoptam no quotidiano, mas também de patrimónios simbólicos herdados e construídos ao longo dos tempos.

Na perspectiva escolhida das Ciências da Educação mobilizo o entendimento de Barbier sobre a formação de adultos como "*laboratório de práticas novas.*" (Barbier *et al* 1991, p.75), partilhando aqui uma questão de fundo que tem percorrido a experiência deste processo de investigação: procurar entender como os adultos se formam.

No caso escolhido, dos assistentes sociais, fora do contexto formal da educação, mas no contexto formal e informal das relações de trabalho com os vários intervenientes dos processos de intervenção social.

Um dos princípios definidos, nesta nova epistemologia da formação, é o de que aprende-se em todos os lugares e circunstâncias da vida, intencionalmente ou não, sendo as aquisições escolares formais (que continuam a validar os conhecimentos) apenas uma parte reduzida do saber global (ser, pensar, fazer, sentir) que cada adulto possui, desenvolve e constrói.

A legitimação profissional do assistente social no quadro de novas relações entre o Estado e a Sociedade

Ao percorrer os processos de emergência, institucionalização e de profissionalização do Serviço Social, damo-nos conta da diversidade de formas que podem tomar as teses sobre o Estado e as suas políticas sociais e pretende-se sobretudo evitar a conotação de neutralidade que, por vezes, lhe é atribuída.

Sobre a concepção de Estado, opõem-se as perspectivas pluralistas e marxistas, divergindo fundamentalmente nas suas concepções sobre a relação do Estado com a Sociedade. As teorias pluralistas² tendem a supor que o Estado é bastante autónomo em relação à sociedade³, enquanto as teorias marxistas definem o Estado pelo seu compromisso com a classe dominante, atribuindo-lhe um papel de mediador de conflitos no interior dessa mesma classe.

² Resultantes da emergência e desenvolvimento da teoria política pluralista, no âmbito da teoria liberal. O pluralismo é apresentado como a reinterpretação do «bem comum», assumindo o Estado uma posição de árbitro neutro.

³ O que tem justificado uma posição de aparente neutralidade perante os diferentes grupos de interesse, colocando o Estado fora dos conflitos sociais.

Actualmente, em nada diminui a complexidade e a diversidade de análises e a necessidade de um contínuo aprofundamento, quer sobre a análise do Estado para a compreensão das políticas sociais, quer sobre a natureza do Estado na sociedade capitalista.

Jacques Donzelot (1994) questiona com alguma ironia se a virtude do «social» não será resultante de uma dupla negação⁴ de duas ideias igualmente sedutoras e enganosas: uma ordem civil naturalizada e uma ordem política que se cumpriria no sentido histórico?

O «social» aparece, assim, como um registo híbrido, na impossibilidade, quer de obedecer a uma imposição política das massas, quer de acantonar-se na protecção da sociedade civil.

Entre nós e até hoje, a sociedade portuguesa é caracterizada por um «atraso» não só no estabelecimento da democracia jurídico – política do estado de direito, como também por uma tardia e restrita efectivação de direitos sociais enquanto garantia do Estado de Bem-estar Social.

Esta forma de regulação social não tem tido por fundamento o equacionamento de garantias sociais, nem a produção estatal de cuidados universalistas.

Basicamente, o papel das políticas sociais no quadro de um “*semi-Estado Providência*”, tem sido o de uma resposta remediativa aos desequilíbrios e não se tem mostrado capaz de garantir uma sustentada progressão na luta contra a pobreza.

As mudanças do último século na organização do capitalismo – o seu alcance global, as inovações tecnológicas revolucionárias, a centralização em empresas e instituições financeiras gigantes e transnacionais – resultaram no aumento de assimetrias (no interior das regiões dos países ditos desenvolvidos, entre países ‘ricos’ e países ‘pobres’, entre o norte industrializado e o sul subdesenvolvido), e na exclusão de grande número de cidadãos da participação económica, social e política.

Assim, no discurso político a noção de «progresso» passa a ser substituída pela de «mudança social», alvitando a possibilidade do nascimento de um «social do terceiro tipo» que, num registo próximo de Bourdieu, seria um social que passou para o campo da sociedade, tentando abranger quer o campo do Estado, quer o campo do mercado.

Assim, as dúvidas surgidas na década de 70 do século passado, sobre a viabilidade económica do Estado de bem-estar universalista, deram lugar na década de 80 a profundas alterações nas despesas sociais dos orçamentos públicos, nos novos métodos de prover e administrar os serviços, na adopção de esquemas de privatização e subcontratação, que visavam retrainir o Estado (Rodrigues, 1999:40).

⁴ Como nas operações matemáticas, negativo com negativo, dá positivo.

As posições e teses desenvolvidas ao longo das últimas décadas têm desenhado, de formas muito variadas, perfis das actividades estatais no domínio do bem-estar, defendendo quer a resistência do Estado-providência, (com mais ou menos renovação e reordenamento), quer a sua extinção (ideal supremo numa sociedade de mercado).

Neste debate, o contributo de Robert Castel apresenta como essencial a perda da identidade pelo trabalho baseada na condição de assalariado, num clima de precaridade estabelecida. Apesar disso, identifica o Estado social como um actor central que face a determinadas estratégias desempenha o papel de preparar transições.

Alertando ainda para a ideia de que o Estado-providência também é produtor de individualismo.

Assim, o estado de bem-estar é certamente paradoxal. Por um lado, ele é extraordinariamente popular, por relação ao mundo imediato dos direitos a pensões e benefícios de milhões de cidadãos. Por outro lado, a verdadeira escala do seu crescimento é uma das mais notáveis características do mundo pós-guerra e permanece uma das mais dominantes, embora por vezes imperceptível, das instituições do mundo moderno.

Na crise do Estado-providência é possível identificar 2 eixos de interpretação: um, defendido pelas correntes conservadoras, que retomam as teses liberais e assumem que o Estado é um mau administrador dos recursos públicos e, outro, que radica a sua crítica na incapacidade do Estado-providência se ajustar às mudanças na sua própria estrutura, preconizando a tese da reorientação para fazer face às mudanças.

A análise de Boaventura Sousa Santos considera que a fase de transição do Estado de bem-estar, contém elementos novos e contraditórios por relação ao que foi o paradigma dominante.

Na concepção de Santos a transição paradigmática do *Estado* “... Preenche em parte a sua dimensão de bem-estar transferindo prerrogativas estatais para instituições e associações não estatais, sempre que é necessário concretizar inovações sociais” (Santos, 1990:258)

Nas últimas décadas no mundo do trabalho, as transformações ocorridas têm também produzido modificações significativas para o Serviço Social, reordenando o mercado formal de trabalho dos assistentes sociais, quer no âmbito das suas condições objectivas e subjectivas de trabalho, quer nos seus espaços sócio-ocupacionais.

Destacam-se:

- a metamorfose do Estado (historicamente o grande empregador de Assistentes Sociais), com a consequente alteração de papel das políticas sociais e o reordenamento e redimensionamento das suas funções;

- a “refilantropização” da questão social, onde se esbatem os direitos sociais e as necessidades das classes mais pobres são remetidas para o mercado e/ou tornadas objecto de responsabilidade individual, submetidas à benevolência e à solidariedade;
- a transferência de serviços estatais para a sociedade civil, através de sectores comunitários e organizações não governamentais.

Por relação a um passado feito de práticas assistenciais, mais ou menos filantrópicas, subscreve-se que o compromisso estatal com a política social celebra a orientação para políticas configuradas:

- I) numa relação tensional de interesses antagónicos;
- II) numa concepção de desigualdades sociais como problema colectivo que deverá suprir necessidades sociais;
- III) numa articulação com momentos e contextos específicos.

Por último, ressaltaria que nas últimas décadas as transformações que se produziram nos mecanismos de regulação social tiveram consequências não só por relação à crise dos Estados-nação, mas também nas suas funções sociais.

E mais particularmente, no papel do Trabalho Social face à política social, pois este está no centro de contradições e de mudanças nas nossas sociedades.

“A par das dificuldades relativas à sua intervenção face à produção e distribuição de recursos para um desenvolvimento apoiado, assiste-se, face à globalização das economias, a um desajuste do estado, que se tornou demasiado pequeno para resolver os grandes problemas da vida e demasiado grande para resolver os pequenos problemas da vida.” (Rodrigues, 1999:55)

E se a “questão social” era, desde a revolução industrial até à crise do início da década de 70, a das condições de vida dos trabalhadores e dos mecanismos de exploração e dominação capitalista geradores de desigualdades sociais, alguns autores concluem que nos países desenvolvidos essa questão tendeu para a resolução com o pacto social em que se fundaram os Estados – Providência e as economias do bem-estar.

Mas esta «resolução» não se verificou uniformemente nem com constância temporal. Desde os anos 60 que cresceram as vozes dissonantes em relação ao modelo de desenvolvimento prevalecente e à deslegitimação do “modelo fordista-keynesiano-familiar. Nos anos 90 a tendência acentuou-se com o desemprego em massa, atribuído a exigências de racionalização de efectivos, por via das mutações tecnológicas, e a alteração da composição social dos grupos excluídos, despolotou a negação das bases compensatórias do Estado Providência.

“O novo paradoxo do social é produzir respostas cada vez mais individualizadas, cujo modelo é o do percurso individual de inserção construído em torno de uma larga gama de ofertas de serviços alternativos do emprego, no quadro de uma retórica da

resposta global e regional à questão social em lugar das estratégias já desvalorizadas da assistência." (Autés, 2000: 265)

A recusa da mediação dos aparelhos centrais do Estado preparou o terreno para a regulação descentralizada que assentou em procedimentos de implicação, dando lugar a um novo tecido institucional, na procura de transferir para a base os problemas e os conflitos que emergem ou se concretizam localmente. Ou seja, é pretendido conseguir no plano local, as convergências possíveis sobre as questões que afectam a vida económica e social, através do confronto e do debate entre adversários que desta forma se transformam em parceiros, obrigados a encontrar soluções.

Mais uma vez pode-se constatar a distância entre o pensamento teórico e os resultados práticos obtidos pela aplicação das medidas de política, dado que não foram atingidos os objectivos previstos:

- I) não foram reduzidos os problemas e a importância dos conflitos;
- II) não ficou facilitada a arbitragem;
- III) nem contribuiu para a mobilização da sociedade e para a coesão e restabelecimento dos laços sociais.

Na sequência das alterações contextuais e do insucesso dos métodos tradicionais de protecção social e de ajuda social, nasce um novo método de acção que consiste em responder à reivindicação pela oferta de implicação, num princípio da «contratualidade da acção» (Donzelot, 1994).

Surgem então os procedimentos operativos baseados nas noções de missão, de contrato e a Metodologia de projecto, dando lugar a políticas sociais transversais.

Mas também aí, *"o certo é que não se encontra, na fundamentação dessas vias, uma problematização e uma configuração do social com base numa noção de social abrangente, que englobe o mundo da vida assim como o mundo da política e o mundo do pensamento de forma articulada."* (Andrade, 2001: 105).

Face à diversidade de perspectivas, importa, recensear possibilidades plurais de entendimento, onde a «profissão-ofício» de Serviço Social possa ancorar conhecimentos, perspectivas e competências, também elas fazendo parte das características distintivas das profissões.

Afinal de contas, o Serviço Social, não foi engendrado por si próprio.

Ele surge como parte de uma estratégia de classe, no momento em que o Estado assume para si o tratamento das questões sociais e onde as políticas sociais inauguram um mercado de trabalho para os assistentes sociais, apostadas em produzir "reformas na ordem" e em integrar as classes mais desfavorecidas.

Assumindo que *"o campo de Serviço Social (...) contribui para a manutenção da ordem social, desempenhando um papel na reprodução social"*. (Andrade, 2001: 180), também se sabe que ele é sobredeterminado pela aplicação de medidas de política, exercidas no campo institucional que o limitam, regulam e condicionam.

Os autores consultados divergem em perspectivas antagónicas: desde as concepções que consideram a profissão como uma decorrência necessária da racionalização e organização da filantropia e da assistência social; outras, que defendem que o diferencial entre as actividades caritativas e o Serviço Social estaria localizado no sistema de saber, no estatuto teórico da profissão e na sua fase técnico-instrumental e, outras ainda, que defendem que a profissão nasce no interior de um projecto reformista conservador e localiza-se nos pedidos históricos e sociais, comprometidos com a manutenção da ordem social.

Nesta última perspectiva é assumido que *“a profissão tem sido frequentemente convertida em instrumento de realização do capital, razão pela qual a crítica e a auto-crítica realizadas pela profissão remetem ao acervo técnico-instrumental e não à sua instrumentalidade ao capitalismo, donde a perspectiva integrativa e adaptativa, de carácter reformista”* (Guerra, 2001:273).

Por outro lado, os tradicionais empregadores de Assistentes Sociais – o sector público, as empresas e as instituições privadas sem fins lucrativos – ampliam os vínculos de trabalho precários, flexibilizando os contratos e introduzindo os contratos por tempo parcial.

“Há evidências de que hoje a requisição é por especialistas, que primam por uma intervenção microscópica, que actuam em equipas multidisciplinares, mantendo qualidade e performance dentro de padrões de racionalidade. É uma requisição por profissões tecnocratizadas” (Guerra, 2001:287).

Estimula-se sobretudo as actividades de gestão, administração e racionalização dos serviços, transformando o Assistente Social num trabalhador temporário ou microempresário, prestador de consultadoria ou assessoria.

Segundo alguns autores, para deixar de fazer mais do mesmo, ou como refere Illich, para ultrapassar os *«mecanismos contraproduativos»*, é preciso abrir crise, querer mudar a sociedade, pensar o futuro de forma prospectiva, o que implica uma alteração profunda nos comportamentos individuais, sociais e no papel do Estado.

Nesta linha, assume particular importância o conceito de Desenvolvimento Alternativo como um processo de *empowerment social* e político cujo objectivo a longo prazo é reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a acção do estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando as empresas socialmente mais responsáveis.

Aqui, a inovação envolve a redefinição dos papéis entre o estado, a sociedade civil e a economia empresarial, com atenção especial às novas formas de participação política no planeamento, na acção comunitária, na organização económica e nas relações de género nas comunidades doméstica e política.

Sendo o campo profissional atravessado por paradoxos, controvérsias e alguma constância entre um humanismo-cristão e uma «crítica anticapitalista

romântica», será, cada vez mais importante alimentar a reflexão quer sobre as narrativas históricas, quer sobre os fins e meios utilizados, bem como as suas implicações, tanto para a sociedade como para o corpo profissional.

O debate está instituído para além da instrumentalidade do Serviço Social (e da eficácia dos seus resultados), gerando-se no questionamento da direcção social desses resultados, nos objectivos, nas finalidades, nos princípios ético-políticos e nos fundamentos teórico-metodológicos, onde as racionalidades se confrontam e articulam.

O Assistente Social como sujeito da sua formação e da sua construção identitária

A porta de entrada pelas Ciências da Educação, em «corrente de ar» com muitas outras contribuições que pretendem formar um quadro teórico-metodológico multireferenciado, tem-se revelado fecunda para interrogar o campo profissional e para consolidar a oportunidade de uma análise (auto) compreensiva dos processos e das lógicas de formação para tentar encontrar pistas que aumentem o conhecimento sobre as formas «como se formam os assistentes sociais».

Entendo que os movimentos ‘do’ e ‘no’ campo de Serviço Social em ordem à sua sobrevivência, consolidação e autonomia (com todas as rupturas e continuidades que isso implica) ganhariam em realizar um «processo de depuração»⁵, onde o Serviço Social se orientaria para o que o distingue e o define na sua particularidade.

A noção de *construção de identidades profissionais* de Claude Dubar (1991) é em si mesma uma alternativa à noção de profissionalismo. No profissionalismo, as competências e a ética estão definidas *a priori* para o grupo sócio-profissional enquanto categoria sociológica clássica. Na noção de construção de identidades profissionais, a socialização profissional nos contextos de trabalho é central e o seu produto são as identidades profissionais individuais e colectivas, onde a realização profissional e a criatividade social se constroem mutuamente.

O que acabo de referir não implica que um ou outro conceito deva prevalecer, mas antes que a opção realizada resulta dos objectivos e do quadro conceptual mobilizado para a investigação que, apesar de tudo, se inscreve num deslocamento de interesses (constatável em muitas outras investigações) da “sociedade das profissões” para as “comunidades de profissionais”.

Arriscando o meu ponto de vista, diria que esse é um processo que passa necessariamente por (re) construções identitárias, e que terá de alterar alguns

⁵ Conceito de Bourdieu (1989:70).

sinais (e características também) socialmente reconhecidos como integrantes da identidade profissional (para nós e para os outros) se quiser ver reforçada a sua utilidade social e a sua eficácia simbólica.

Refere Vicente Paula Faleiros (1996), que *“O Serviço Social precisa aprofundar e reorientar a sua tradição capacitadora, deixando de lado o carácter de adaptação, do treinamento, reforço de hábitos, e adoptando a perspectiva crítica, formadora, da aprendizagem da aprendizagem nas condições cada vez mais complexas do quotidiano, onde se exigem mudanças de perspectiva, mudanças de trajectória e mudanças de condições.”*

Mas no processo de construção do Serviço Social (disciplina e prática) subsiste o problema da segmentação entre a teoria e a prática, não obstante o reconhecimento da necessidade de uma epistemologia integrada que proporcione uma estrutura teórica significativa para a intervenção.

A nível da profissionalização do Serviço Social pode constatar-se o reavivar de dilemas⁶ recolocados pelas condições de trabalho e pela persistência de uma acção profissional intuitiva, mais inspirada na experiência pessoal do Profissional e nos pedidos e formatos organizacionais, do que em referenciais teórico-metodológicos.

A prática profissional, para deixar de ser tida como «repetitiva, pragmática ou empirista», precisa que os profissionais saibam articular os saberes práticos, normativos e pedagógicos e vincular as intervenções no quotidiano a um processo de construção e desconstrução permanente das categorias que permitem a crítica e a autocritica do conhecimento e da intervenção.

Donald Schon (1996) aborda esta questão do ponto de vista de um «dilema entre o rigor e a pertinência» e utiliza uma metáfora muito interessante para expressar a distinção entre «os profissionais das terras altas» (os que optam por uma prática profissional estritamente técnica e podem fazer um uso eficaz das teorias e das técnicas provenientes da pesquisa) e os «profissionais das terras baixas» (aqueles que se comprometem deliberadamente com os problemas complexos mas cruciais e que, se lhes pedirmos para descreverem os seus métodos de investigação, falam de experimentação, de tentativa e erro, de intuição e de improviso).

Assim, as identidades profissionais, refere Dubar (1988) *“constituem não apenas maneiras de viver (e dizer) o trabalho e de lhe dar um sentido, mas também formas de contar e antecipar o ciclo de vida profissional, socialmente condicionado pela origem social, pela formação inicial e pela trajectória anterior. São «mundos» estruturantes de tipos de narrativas e permitem categorizar as experiências profissionais de cada um. Mas são também construções sócio-históricas que justificam os dispositivos de*

⁶ Por exemplo, o suposto carácter missionário, a falsa auto-representação da profissão como vocação e a histórica tendência da substituição da intervenção profissional por actividades voluntárias.

integração, de diferenciação e de exclusões sociais. Acoradas nas formas «colectivas» da divisão do trabalho, elas estão também no seio dos processos «individuais» (de construção, de crise e de reconstrução) da definição e do reconhecimento de si.”

O Trabalho, refere o mesmo autor, terá que ser simultaneamente considerado ao nível societal, ao nível organizacional e ao nível dos actores.

Se a noção de trabalho neste último nível, em ligação com a noção de identidade faz parte do arsenal conceptual de numerosos sociólogos do trabalho, a definição de identidade permanece problemática e os seus numerosos contextos teóricos de utilização permanecem plurais. Parece, portanto, que o uso do termo pelas sociologias implica, cada vez mais, um trabalho de elaboração problemática que necessita de tomar em consideração as duas pontas da corrente que vai dos factos macro-sociais marcados por transformações maiores nas políticas económicas e nas relações de força entre classes, aos processos micro-sociais através dos quais os indivíduos acedem a formas, cada vez mais, diversificadas de pertença subjectiva e de definição de si mesmos e dos outros.

A crise cultural do Serviço Social

Ao longo da história da profissão⁷ verifica-se a influência (mais do que a capacidade de influenciar) de todas as alterações e mudanças societárias e de correntes de pensamento, a nível económico, político e social. Ou, como diria Yolanda Guerra (2001), e numa perspectiva mais determinista, a profissão é «o produto de um arranjo teórico-político-doutrinário» .

Sendo uma profissão muito permeável (quase camaleónica), os desempenhos profissionais têm sofrido profundas mudanças, na tentativa de gerar valor (e reproduzir valores) para cada circunstância e tempo histórico.

Na actualidade e, em resultado da fragmentação provocada pela transferência de múltiplos serviços do sector público para o privado, da especialização crescente das funções dos Assistentes Sociais e do avanço para um trabalho em maior proximidade com outros profissionais cabe, cada vez mais, perguntar: – O que é, afinal, ser assistente social?

Esta é necessariamente uma questão de respostas múltiplas, tendo em conta sobretudo as diversidades de quadros conceptuais de referência e de contextos e pedidos organizacionais, mas é simultaneamente a tradução de uma necessidade de os assistentes sociais questionarem a(s) sua(s) identidade(s).

⁷ Ao longo deste trabalho utiliza-se a designação de profissão para o Serviço Social, recrutando a perspectiva interaccionista, embora não se esqueça a controvérsia desta opção por um conceito pouco consensual.

As identidades profissionais, diz-nos Dubar (2006), são maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros, no campo do trabalho e do emprego.

E, neste âmbito, fornece pelo menos três significados para a palavra 'crise', consoante ela se aplica ao emprego (o mais corrente), ao trabalho (o mais complexo) ou às relações de classe (o mais escondido).

Em relação ao primeiro, a crise de emprego decorre do esgotamento do modelo da modernização e da racionalização, na linha de autores como Schumpeter e Weber, assente na dupla empresa-mercado como vector de racionalização orientada para a procura de lucro, do domínio do tempo e da capacidade de conquistar e conservar posições vantajosas. A esta díade junta-se o «actor público», capaz de assegurar as condições de inovação e regular as trocas, numa lógica «reguladora» com o objectivo do «bem comum»;

Em relação ao segundo, a crise do trabalho, decorre de mudanças contraditórias e sobretudo da crise da «identidade de ofício»⁸, marcada por um «nós» e pelo «comunitário» agora desvalorizados. A transformação de uma «profissão-ofício» numa «actividade» incerta, mal reconhecida e problemática constitui um exemplo da crise identitária, no sentido da sociologia interaccionista⁹. Todas as formas anteriores de identificação a colectivos ou a papéis estabelecidos tornaram-se problemáticos. O modelo da competência supõe indivíduos racionais e autónomos que gerem as suas formações e os seus períodos de trabalho, segundo uma lógica de «maximização de si».

Em relação ao terceiro, a crise das relações de classe, coloca-nos na intersecção de 2 paradigmas, de duas formas de pensar os laços entre construção de individualidade e construção social. No primeiro, o social como relação de classe, existem papéis bem definidos, onde o assalariado só pode construir a sua identidade em união com outros e onde o conflito é um momento de construção do «actor colectivo» que busca uma identidade nova, ao mesmo tempo pessoal e «societária». No segundo, confrontam-se em simultâneo as lógicas de gestão do «sucesso económico» e as lógicas salariais do «reconhecimento identitário», com uma marcada crise da adesão sindical.

⁸ Segundo Dubar (2006) a identidade de ofício é o exemplo-tipo de identidade comunitária que supõe a existência de uma 'comunidade' no seio da qual se transmitem 'maneiras de fazer, de sentir e de pensar' que constituem ao mesmo tempo valores colectivos e referenciais pessoais." Esta forma identitária categorial, supõe a predominância do colectivo sobre os indivíduos que a compõem ao mesmo tempo que a interiorização da normas em matéria de qualificação, de progressão salarial ou de direitos adquiridos.

⁹ Pondo em questão a distinção dos funcionalistas entre «ocupações» e «profissões», os investigadores desta corrente tentaram perceber como é que a vida profissional constituía um percurso (career) atravessado por crises, marcado por incertezas, viragens e provas, confrontando com problemas de definição de si mesmo e de reconhecimento pelos outros.

Estamos num tempo em que todas as formas de identificações a colectivos ou a papéis estabelecidos tornaram-se problemáticas e onde parece ganhar expressão uma forma muito individualista (mas também muito incerta) de ter uma «identidade em rede» ligada a uma «sociedade em rede» que se constrói através da mundialização. Esta forma apostada na «realização de si», num contexto de forte competição, coloca os indivíduos na obrigação de afrontar a incerteza e a precaridade, tentando dar-lhe sentidos. Mas esta forma não estará também em crise identitária permanente?

Estes riscos, entre outros, inscrevem-se curiosamente numa tendência crescente para desenvolver regras e procedimentos para o trabalho, que limitam a autonomia técnica e que substituem valores profissionais por regras determinadas pelo estado e pela organização.

Mas, para outros autores de inspiração neomarxista, a naturalização dos processos sociais e a óptica da fragmentação e da formalização estão presentes no Serviço Social desde sempre, na totalidade dos elementos que compõem o acervo cultural da profissão: desde a perspectiva do conhecimento até ao âmbito dos valores, objectivos, práticas, instrumentos e técnicas.

Salientam que os conhecimentos e os valores são retirados de campos diferentes, constituindo um referencial profundamente eclético mas, as mais das vezes, comprometido com a manutenção da ordem social.

Estas e outras diversidades assinalam a necessidade de equacionar a questão da construção da(s) identidade(s) profissional(ais) em relação com a questão da profissão.

A crise cultural do Serviço Social é, assim, encarada por Rojek (1988) como uma condição generalizada numa sociedade na qual as palavras perderam o significado e onde a linguagem herdada do Serviço Social tradicional remete o 'cuidar' ou a 'ajuda' para um certo efeito ilusório na sociedade, na medida em que é apaziguante a crença de que algo está a ser feito para aliviar o sofrimento e a opressão.

A linguagem oficial do Serviço Social, que se tornou um fim em si mesma equivale, segundo Rojek, a um placebo que dá o conforto de um pensamento e uma acção reais acerca do que está errado mas que é, de facto, um substituto para ambos.

A crise é uma expressão banalizada em Serviço Social. Mas a crise que aqui se pretende evidenciar é a que é trazida pelas profundas dúvidas instaladas na sociedade acerca do valor do Serviço Social na sociedade, sendo que muitos assistentes sociais também questionam o seu papel e o seu propósito na sociedade actual.

Apesar do sentimento de crise ser real e amplamente difundido, os termos que os assistentes sociais usam para debater a crise são muitas vezes limitados, com recurso a exemplos que evidenciam a tendência para pensar atomisticamente os problemas sociais e para analisar as crises como episódios isolados.

Mais do que nunca, a oposição indivíduo/colectivo não permite compreender os processos em curso e as crises que suscitam porque o que parece estar em causa é a substituição de uma forma social por outra, a passagem de uma socialização de dominante «comunitária» a uma socialização de dominante «societária» (Weber).

A passagem do comunitário ao societário implica uma modificação da própria estrutura da identidade pessoal, o aparecimento de novas formas de subjectividade e a conversão identitária que faz passar os indivíduos de membros submissos a sujeitos actores, embora muito mais expostos e incertos.

Nestes processos, saliento a importância da apropriação duma linguagem própria como processo de construção do profissional reflexivo e como desafio essencial das relações societárias, tanto na esfera privada, como profissional ou pública.

Algumas notas de um estudo exploratório

Para ilustrar as posições defendidas recorro à reflexão sobre as sinopses das entrevistas realizadas a três colegas Assistentes Sociais, entre Março e Agosto de 2006, das quais resultaram narrativas centradas nos respectivos percursos profissionais.

Parece ter ficado claro em todas as narrativas o significado das aprendizagens ao longo da vida profissional, do ponto de vista formal (com a procura de formação pós-graduada, ou de uma segunda licenciatura), e do ponto de vista não formal e informal, onde os entrevistados referem as aprendizagens realizadas com os pares, nos contextos e com os outros agentes em presença.

Estes percursos de formação contínua, nem sempre são percebidos pelos entrevistados como fontes de conhecimento, como refere um dos entrevistados a propósito da tomada de consciência que fez quando frequentava o Mestrado *“foi um bocado aprender e perceber que uma pessoa aprendeu muito mais durante os percursos profissionais do que pensa. (...) E no meio daquele pessoal todo fiquei estupefacto que sempre sabia mais do que pensava.”*

Por outro lado, a fragilidade teórica do Serviço Social é abordada pelos três entrevistados como um *handicap*.

Diz Rita¹⁰, outra entrevistada: *“...e depois têm uma coisa complicada que é terem a mania que sabem tudo. A gente não sabe de tudo. Dá uma pincelada. E talvez por isso é que sabemos tão pouco de nada.”*

Fernando¹¹, por seu lado, critica o empirismo da profissão *“É-se prático naquele sentido em que se faz um conjunto de tarefas, e pomos toda a gente a mover, não sabemos para quê, para onde.”*

¹⁰ Nome fictício.

¹¹ Nome fictício.

O pressuposto aqui utilizado é o de que os processos de formação não são independentes da história de vida dos sujeitos, e o «formar-se» decorre em estreita ligação com esta e com os saberes e a experiência global que as pessoas detém e conseguem mobilizar na sua formação. Para Claude Dubar (1997a), é notória a importância do desempenho profissional como o pólo decisivo do processo de produção da profissionalidade, sendo o processo de construção identitária, nesta perspectiva, o resultado do confronto entre o percurso biográfico e um contexto de acção empírica.

Se defendermos que o problema da mudança (individual e colectiva) das práticas profissionais é, acima de tudo, um problema de socialização profissional, então, essa mudança supõe o desenvolvimento, no contexto de trabalho, de uma dinâmica formativa e de construção identitária que corresponde a reinventar novas modalidades de socialização profissional.

Sendo que essa reinvenção só é possível na acção, donde resulta que os processos formativos passam a instituir-se como processos de intervenção nas organizações de trabalho (Canário, 1998: 19).

Nesta perspectiva, importa aos assistentes sociais, como diz o ditado popular *“não deitar fora a criança com a água do banho”*, ou seja, apesar da recente legitimação de um saber conquistado por via académica, não esquecer o domínio da aprendizagem experiencial que é perspectivada no sentido *“de uma capacidade para resolver problemas, mas acompanhada por uma formação teórica e/ou de uma simbolização”* (Josso, 1989).

No trabalho empírico realizado, ainda de carácter exploratório e, especificamente sobre a(s) identidade(s) da profissão, o leque de posições é variado, embora não revele antagonismo.

Um dos entrevistados, Fernando, diz: *“O Serviço Social é uma coisa tão aberta, tão humanista que acaba por se esboroar. Não tens suporte nenhum, o pessoal agarra-se aonde?”* e acrescenta *“O Serviço Social não me deu grandes modelos. Se calhar, se tivesse tido modelos, aonde é que poderíamos ter ido!”*,

Rita refere *“... que se há coisa que define o nosso campo é a mistura, é o estar por dentro. Se a gente não conseguir estar por dentro, estar próximo, não agarra nada.”*

Maria¹² refere, numa abordagem mais individualizada que, *“... na mesma linha que me fez optar pelo Serviço Social, ou seja, provocar que as pessoas sejam donas de si próprias. Provocar que as pessoas tenham direito ao seu projecto de vida. Provocar que as pessoas sintam as contrariedades como provisórias e não definitivas.”*

Nas duas mulheres entrevistadas a identidade profissional parece ter contribuído fortemente para os seus processos de construção pessoal; o mesmo não parece ter sucedido com o entrevistado Fernando.

¹² Nome fictício.

Aliás, Rita refere-o de uma forma explícita: *“A gente mesmo que não esteja a trabalhar, mesmo que esteja de férias,... pois é, a gente tem isto colado à pele.*

Para onde quer que vá, não consegue ver por outros olhos.”

Em todas as entrevistas apareceram situações de “empowerment” nos próprios percursos profissionais, muitas vezes traduzidas na mobilidade profissional, em busca de contextos e de desempenhos mais satisfatórios e num certo sentimento de autonomia, como profissionais. Por outro lado, as imagens positivas superam as negativas, em todas as entrevistas.

Contudo, quando generalizam nas suas narrativas e falam dos outros, os três entrevistados argumentam com situações/sentimentos de falta de poder e autonomia.

Maria refere: *“Mas tenho muita pena da apropriação que o Estado fez da profissão. Porque penso que isso empobrece. (...) Tornou os Assistentes Sociais funcionários.”;*

Rita usa metáforas passivas de “mata-borrão” e de “virose”, como se a profissão deixasse uma reduzida margem de opções:

“Acho que uma das nossas características é ser um bocado “mata-borrão”. O Serviço Social, é assim uma virose que a gente apanha e que nunca mais cura. Depois vão aparecendo os sintomas, umas vezes dá tosse, outras vezes dá dor de garganta, mas está cá – é uma virulência acumulada.”

Fernando refere:

“Nós temos sido manipulados, é o elo mais fraco, temo-nos deixado manipular em termo políticos, e não se tem batido o pé...”

Depois também tem a ver com uma cultura... da consensualidade... a todo o custo. Não se criam rupturas...”

Estando ainda em pleno trabalho de investigação empírica, procuro os significados do trabalho, entendendo por eles a componente das identidades profissionais que diz respeito à ligação com a situação de trabalho, simultaneamente à actividade e às relações de trabalho, ao compromisso de si próprio na actividade e ao reconhecimento do outro.

Neste âmbito, enuncio apenas as três tendências em matéria de trabalho que fui buscar a Claude Dubar:

- «O trabalho como resolução de problemas
- «O trabalho como realização de competências»
- «O trabalho como relação de serviço».

Conclusão

A construção identitária é resultante de um processo de relações recursivas e dialógicas entre a Pessoa e os Grupos Sociais envolventes, o que permite, por um lado, a construção permanente e evolutiva da autonomia complexa da

pessoa, com a construção de sentido e a intencionalidade das suas acções e, por outro lado, a evolução da sociedade.

Para os investigadores, é cada vez mais importante colocar em perspectiva duas séries de dados e de aproximações:

- i) os elementos biográficos, que permitem compreender as trajectórias, os itinerários e os caminhos-visões do mundo e de si próprios;
- ii) e os elementos estruturais, que permitem analisar as políticas e práticas de emprego, de trabalho e de formação.

É no cruzamento destas duas perspectivas que a noção de identidade, enquanto processo dinâmico, toma todo o seu sentido.

Como diz Nóvoa, *“A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos, ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.”* (Nóvoa, 1991a, p. 23).

Como também é importante identificar o conceito de reflexividade (Turner, 1990) que faz apelo à inteligibilidade dos mecanismos de auto-identidade.

Mas, sendo pela experiência que os adultos aprendem, atendendo ao seu significado na sua história pessoal e aos seus efeitos motivadores e desencadeadores de novas aprendizagens, num percurso de construção de saberes (Dominicé, 1984), trata-se essencialmente de mobilizar essa experiência num quadro conceptual de produção de saberes.

Assim, parte-se do conceito de que a produção da vida, através da apropriação dos processos de formação, acompanha as mudanças e a produção da profissão de assistente social.

A formação ao longo da vida é um processo que permite a emergência da singularidade do sujeito e a auto organização colectiva do seu meio envolvente.

É nesta linha que evoco certos investigadores em Educação quando falam de «auto-eco-co formação» para definir o paradigma da formação contínua dos sujeitos e a construção de autonomia, ou do «empowerment».

Esta autonomia, quer seja considerada no plano individual, quer no plano colectivo, não nos fornece uma resposta automática a todas as questões que nos interrogam. Contudo, permite debruçar-nos sobre nós próprios, individual e colectivamente, para reflectir sobre as nossas práticas, realizar sínteses, recriar a ética da discussão, envolver-nos na vida colectiva e/ou participar no processo de regulação social.

Pensar a formação (diz Amiguinho, 1992:34) *“transforma-se numa reflexão sobre o modo como os indivíduos se formam; sobre a forma como os adultos se apropriam de um determinado tempo e espaço educativos e o integram no seu percurso de formação; sobre aquilo que é de facto significativo e formador na vida de cada um; sobre a maneira*

como as experiências e os saberes profissionais, sociais e culturais podem ser mobilizados no processo global de formação.

Assim, em vez de formar preferem falar em formar-se ou educar-se, numa clara alusão a que, em qualquer caso, a formação pertence sempre àqueles que se formam, através de um processo reflexivo sobre si próprio, sobre as situações, os acontecimentos e as ideias.”

Para Josso (2002) a procura de compreensão dos processos de formação de adultos é indissociável da globalidade da pessoa no seu *continuum* de vida e o trabalho biográfico é, nesta perspectiva, um dos meios para nos manter em contacto com a totalidade de si próprio e para evitar ser agitado pelas prioridades estabelecidas pelos outros, encorajar uma presença reflexiva nas actividades que fazemos e desenvolver uma distanciação crítica em relação a convicções que nos servem de referências nas nossas maneiras de pensar e de trabalhar.

Refere a propósito que “Se aprender a aprender parece ter-se tornado um dos objectivos da educação primária e secundária, não parece evidente para toda agente que aprender a aprender é estar consciente de como se faz para aprender, a fim de poder melhorar as suas competências na gestão da sua aprendizagem e de autofacilitar a tarefa nas aprendizagens novas” (Josso:2002:108).

Nesta sequência, não resisti a associar o conceito de “não-lugares”¹³ à possibilidade de que a profissão de Assistente Social se torne uma “não-profissão”, tendo-se apenas a si própria por referência, sem atender ao compromisso com uma dimensão ética, histórica e política e com um modelo de sociedade comprometido com os princípios de direitos humanos e de justiça social.

“O que é novo não é que o mundo não tenha, ou tenha pouco, ou menos, sentido, é antes que experimentemos explícita e intensamente a necessidade quotidiana de lhe dar um: dar um sentido ao mundo, e não a certa aldeia ou a certa linhagem. Esta necessidade de dar um sentido ao presente, senão ao passado, é a contrapartida da superabundância de acontecimentos que corresponde a uma situação que poderíamos dizer de “sobremodernidade”, a fim de darmos conta da sua modalidade essencial: o excesso” (Augé:2005).

Este “excesso” de que fala Augé, com teorias, acontecimentos, coisas, perspectivas, fontes de informação,... nas suas diferentes modalidades, acentua pa-

¹³ Conceito de AUGÉ, Marc (2005:74) que refere a propósito “A viagem constrói uma relação fictícia entre o olhar e a paisagem. E, se chamamos «espaço» à prática dos lugares que define especificamente a viagem, devemos ainda acrescentar que há espaços em que o indivíduo se experimenta como espectador sem que a natureza do espectáculo para ele conte realmente. Como se a posição de espectador constituísse o essencial do espectáculo, como se, em última análise, o espectador (...) fosse para si próprio o seu próprio espectáculo. (...) O espaço do viajante será assim o arquétipo do não-lugar. (...) estamos em condições de redescobrir a evocação profética de espaços onde nem a identidade, nem a relação, nem a história fazem verdadeiramente sentido, em que a solidão se experimenta como superação ou esvaziamento da individualidade, em que só o movimento das imagens deixa antever por instantes àquele que as vê fugir e que as olha a hipótese de um passado e a possibilidade de um futuro”.

radoxos e institui a complexidade. Para este autor o défice simbólico, o excesso de imagens conduz ao desaparecimento do «pensamento do outro» e nomeadamente, à ocultação do conflito substituído pelo consenso e pelo seu reverso, a «exclusão».

E como refere Sousa Santos (2005) o excesso de teorias em desequilíbrio sobre o que ainda está, constitui em simultâneo um déficit teórico e um grande desafio.

Bibliografia

- AMIGUINHO, Abílio (1992). *Viver a Formação Construir a Mudança*. Lisboa: Educa
- ANDRADE, Marília (2001). *Serviço Social e Mutações do Agir na Modernidade*. Tese de Doutoramento. São Paulo: PUC.
- ANDRADE, Marília (2001). *Campo de intervenção do Serviço Social: autonomias e heteronomias do agir*. In Revista Intervenção
- AUGÉ, Marc (2005) *Não Lugares*, Lisboa: Editora 90.º.
- BARBIER, Jean-Marie (1991). *Le développement de la formation intégrée à l'exercice du travail*. In Revue Française de Pédagogie, 97, pp. 125-146.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *Contrafogos*. Oeiras
- CANÁRIO, Rui (1998). *A Escola: o lugar onde os professores aprendem*. In: Psicologia da Educação. S. Paulo: PUC, 6, pp.9-27.
- ROJEK, Chris (1988). *Received Ideas*. London: Routledge.
- DOMINICÉ, P. (1984). *Les modes d'élaboration et de traitement de la biographie éducative*. In *Approches Biographiques de processus de Formation*, Genève: Cahiers de la Section des Sciences de L'Éducation/Recherches, 8.
- DONZELOT, Jacques (1994). *L'Invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Éditions du Seuil.
- DUBAR, Claude (1998). *Socialisation et construction identitaire*, in J. C. Ruano-Borbalan (coord.) *L'identité. L'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, p. 135-141.
- DUBAR, Claude (2006). *A Crise das Identidades. A Interpretação de uma Mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- FALEIROS, V. P. (1996). *"Serviço Social: Questões Presentes para o Futuro"*. In Revista *Serviço Social e Sociedade*. Nº50, ano XVII, São Paulo: Cortez. Pp. 10-39.
- FINGER, M., ASÚN, J. M. (2003). *A Educação de Adultos numa Encruzilhada. Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.
- GOFFMAN, Erving (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água.
- GUERRA, Yolanda (2001) *As Racionalidades do Capitalismo e o Serviço Social*. in *100 anos de Serviço Social*. Coimbra: Editora Quarteto pp.252-293
- JOSSO, M. C. (1989). *"Ces expériences au cours desquelles se forment identités et subjectivité"*, in *Apprendre par l'Expérience*, E.P. nº 100/101.
- JOSSO, M. C. (2002). *Experiências de Vida e Formação*. Lisboa: Educa.
- NÓVOA, A. (Org.) (1991a). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.
- RODRIGUES, Fernanda (1998). *"Pobreza e exclusão social: Configurações e perspectivas, a intervenção e formação dos profissionais sociais"*. In HOVEN, R.; NUNES (org.). *Desenvolvimento e acção local*. Lisboa: Fim de Século.
- RODRIGUES, Fernanda (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: ISSScoop e CPHITS

- SANTOS, Boaventura S. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura S. (2005). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- SCHON, D. (1996). "A la recherche d'une nouvelle épistémologie de la pratique et de ce qu'elle implique pour l'éducation des adultes." » In J.-M. Barbier (org.), *Savoirs théoriques et savoirs d'action*. Paris :PUF.
- TURNER, B. (1990) *Theories of Modernity and Post-Modernity*. Sage Publications, London.